



3177 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)

GT 02 - História da Educação

CARTILHA ABC: UMA POLÍTICA DE GOVERNO PARA ALFABETIZAÇÃO NA REGIÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (1960-1970)

Thaise da Silva - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Agência e/ou Instituição Financiadora: PNPd/CAPES

Resumo: Neste estudo, analisa-se a *Cartilha ABC* tomando-a como um exemplo de uma política do Governo Federal para a diminuição do analfabetismo na escola primária da região conhecida como Colônia Agrícola Nacional de Dourados, localizada no extremo sul do estado de Mato Grosso, entre as décadas de 1960 e 1970. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de base documental, na qual foram examinados documentos da 6ª Delegacia de Ensino Primário de Dourados e a *Cartilha ABC*. A partir dos documentos investigados, buscou-se compreender a influência desta cartilha, enquanto política de governo, para aumentar os índices de alfabetismo na região. Os resultados alcançados indicam que a circulação deste artefato nesta região da Colônia se deve à influência do Governo Federal, uma vez que este material vinha ao encontro das demandas da região que continha um grande número de analfabetos, tanto crianças quanto adultos, e um número insuficiente de professores para trabalhar nas escolas da região.

Palavras-chave: História da alfabetização; Circulação de cartilhas; Cartilha ABC.

CARTILHA ABC: UMA POLÍTICA DE GOVERNO PARA ALFABETIZAÇÃO NA REGIÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (1960-1970)

Resumo: Neste estudo, analisa-se a *Cartilha ABC* tomando-a como um exemplo de uma política do Governo Federal para a diminuição do analfabetismo na escola primária da região conhecida como Colônia Agrícola Nacional de Dourados, localizada no extremo sul do estado de Mato Grosso, entre as décadas de 1960 e 1970. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de base documental, na qual foram examinados documentos da 6ª Delegacia de Ensino Primário de Dourados e a *Cartilha ABC*. A partir dos documentos investigados, buscou-se compreender a influência desta cartilha, enquanto política de governo, para aumentar os índices de alfabetismo na região. Os resultados alcançados indicam que a circulação deste artefato nesta região da Colônia se deve à influência do Governo Federal, uma vez que este material vinha ao encontro das demandas da região que continha um grande número de analfabetos, tanto crianças quanto adultos, e um número insuficiente de professores para trabalhar nas escolas da região.

Palavras-chave: História da alfabetização; Circulação de cartilhas; Cartilha ABC.

Agência financiadora: PNPd/CAPES

Opção: publicar o texto nos anais do evento.

Introdução

Os livros escolares de alfabetização, também denominados cartilhas, trazem consigo a história e os discursos que marcaram cada fase por que passou o ensino em nosso país, sendo artefatos importantes para o desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Mantovani (2009) nos explica que o exame do livro didático envolve aspectos econômicos, sociais e pedagógicos e é por meio deles que é possível perceber o quanto esse instrumento tornou-se importante para comunicar, produzir e transmitir o conhecimento escolar pelo menos nos últimos dois séculos. No entanto, o caráter instrumental do livro didático e sua modéstia em relação aos demais livros, fez dele, por muito tempo, um objeto de pouca atenção e, conseqüentemente, um objeto de pesquisa muitas vezes de difícil acesso (PUELLES BENÍTEZ, 2000).

Moreira (2014), ao analisar um período que vai de 1957 a 2013, salienta que no Centro-Oeste, a existência de pesquisas em história da educação, tendo o livro didático como temática, ainda apresenta poucos trabalhos e não houve, entre 2008 e 2013, crescimento da produção.

Diante deste cenário, este artigo tem por objetivo investigar a *Cartilha ABC* tomando-a como um exemplo de uma política do Governo Federal para a diminuição do analfabetismo na escola primária da região conhecida como Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), localizada no extremo sul do estado de Mato Grosso [\[i\]](#), entre as décadas de 1960 e 1970.

O recorte temporal deve-se ao fato de ser este o período marcado por grandes disputas metodológicas na alfabetização, sendo que os livros didáticos presentes nas escolas fornecem indícios sobre qual corrente pedagógica era adotada na época. Além disso, este foi um momento de expansão demográfica significativa para o extremo sul do estado de Mato Grosso, que levou à ampliação do número de escolas e de pessoas com acesso à ela [\[ii\]](#). Ser a década de 60 a de criação e distribuição da *Cartilha ABC*.

A investigação aqui realizada foi de base documental, na qual foram analisados documentos da 6ª Delegacia de Ensino Primário de Dourados, com exame da *Cartilha ABC* que, entre outras, foi citada nos documentos localizados.

O aporte teórico que orientou esta investigação baseou-se nos pressupostos da Nova História, especificamente na área da Nova História Cultural. Essa forma de pensar e pesquisar a história é assim definida por Pesavento (2005, p. 42): “[...] a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das representações, tentando chegar àquelas formas pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”. Segundo essa autora, neste campo teórico, o pesquisador sabe que sua narrativa pode relatar sua versão sobre um fato histórico, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas interpretações. Nesse sentido, mesmo que a verdade seja uma meta a ser alcançada, sabe-se que esta jamais será uma certeza absoluta.

Amparada pelo aporte teórico e com a intenção de preencher parte das muitas lacunas que cercam a história da alfabetização no estado de Mato Grosso é que me lanço nesta investigação.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados: novos rumos para a educação

A atual região conhecida por Grande Dourados foi palco do projeto de colonização do Estado Novo do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), conhecido por Marcha para o Oeste, que culminou com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Criada em 1943, pelo Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro, teve sua real implantação em 20 de julho de 1948, pelo então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), quando ocorreu a demarcação de suas terras pelo Governo Federal, por meio do Decreto-lei nº 87, que reservava uma área de aproximadamente 300.000 hectares onde hoje estão localizados os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Douradina, Glória de Dourados e Deodápolis (PONCIANO, 2006).

O projeto de governo que criou a CAND estava subordinado a um plano econômico desenvolvimentista, que pretendia fazer do país uma potência econômico-industrial, além de haver uma preocupação com a

consolidação da identidade e do território brasileiro, uma vez que, segundo Moreira (2014), existia uma preocupação com a política de colonização, pois em Mato Grosso havia uma concentração de propriedades em nome de grupos estrangeiros.

Desde sua criação, a Colônia começou a receber migrantes oriundos principalmente das regiões nordeste e sul do Brasil e imigrantes de países como Paraguai, Japão, entre outros do continente Asiático, atraídos pelas campanhas promovidas pelo governo direcionadas aos trabalhadores rurais interessados nas terras que seriam doadas. Na década de 1950, no segundo Governo de Vargas (1951-1954), em um novo momento político, as migrações tomaram impulso e chegaram ao seu apogeu, proporcionando para a região expansão demográfica e transformações econômicas, políticas, culturais, sociais e educacionais (MENEZES, 2011).

No que diz respeito à educação escolar na Colônia, esta proporcionou a criação das primeiras escolas urbanas, o surgimento de escolas agrícolas e a expansão das escolas rurais, uma vez que o Governo Federal custeava financeiramente classes de ensino primário. Até a criação da CAND, a educação em Dourados era ainda incipiente, ficando a cargo da família, da iniciativa privada e depois do poder público (IRALA et al, 2014).

Somente no final dos anos de 1940 a ação pública passou a ofertar o ensino primário. Isso se deveu à exigência estabelecida pelo Decreto Municipal nº 70, de 1946 de que todos os filhos de colonos residentes na Colônia deveriam ter acesso à instrução primária gratuita, sendo obrigatória a frequência, que caso não ocorresse geraria uma multa de Cr\$ 100,00 para os pais, além do comparecimento obrigatório à autoridade policial (GRESSLER; SWENSSON, 1988).

De posse destas informações passamos a analisar as peculiaridades da *Cartilha ABC* e o que possivelmente determinou sua presença na região da CAND.

A *Cartilha ABC*: por uma política de governo

Os caminhos investigativos que tornaram a *Cartilha ABC* objeto deste trabalho tiveram início quando se pesquisava sobre a circulação das cartilhas na região da CAND. Tendo como referência o estudo desenvolvido por Amâncio e Cardoso (2006) e Bertolotti e Silva (2016) sobre a circulação destes materiais no estado de Mato Grosso, percebi que algumas cartilhas, aparentemente, tiveram distribuição exclusiva nesta região.

Analizando os documentos do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/UFGD) no acervo denominado Diretoria Regional de Ensino de Dourados (DRE), encontrei citados em cartas de agradecimento, solicitação de materiais, comunicado de recebimento de materiais as seguintes cartilhas: *Cartilha ABC*, *Siga Aprendendo* e *Vamos Sorrir*. Estas não eram citadas nos trabalhos de Amâncio e Cardoso (2006) e Bertolotti e Silva (2016) o que faz pensar que estes materiais, por algum motivo, circularam de forma mais intensa nesta região do estado.

Procurando uma explicação para o fato, busquei autores do sul (PERES, 2006) e sudeste (FRADE; MACIEL, 2006 e MORTATTI, 2000) do Brasil que possibilitassem entender a influência destes materiais na região da CAND, uma vez que se tratavam de locais de origem do fluxo migratório ou de centros de influência educacional da época. No entanto, ao analisar as três cartilhas, percebeu-se que sua circulação foi determinada pela influência do Governo Federal na região.

Com relação à *Cartilha ABC*, objeto desta investigação, o exemplar que localizei é datado de 1962, sem número de edição, com diagramação de Aloisio Magalhães e desenhos de Gilvan Samico e Ellen Sporer, elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e “O Cruzeiro”. Esta era publicada pelo O Cruzeiro S/A e fazia parte de um programa intitulado “Língua Pátria – programa de emergência” para distribuição gratuita nas escolas de todo o país.

Segundo informações obtidas no *sítio* Aloisio Magalhães^[iii], diagramador e ilustrador da obra, a *Cartilha ABC* era acompanhada pelo *Manual do Alfabetizador*, que além de reproduzir cada lição, explicava como deveria ser ensinada cada uma delas, uma vez que o material poderia ser utilizado na capacitação de professores leigos ou por qualquer pessoa alfabetizada que desejasse ensinar outros a ler e a escrever. Tratava-se de um material adequado a realidade do Mato Grosso que à época contava com poucas escolas formais e com práticas ainda informais de alfabetização. O próprio nome dado ao

Manual que acompanhava a cartilha evidencia este princípio, uma vez que não se trata de um Guia, Livro ou Manual do Professor, mas um manual para qualquer pessoa alfabetizada que poderia se incumbir da alfabetização de outra pessoa, criança ou adulto analfabeto.

A *Cartilha* foi elaborada durante o Governo de João Goulart (1961-1964) que defendia a alfabetização emergencial do povo brasileiro, uma vez que na época apenas os alfabetizados poderiam votar e uma parcela significativa da população era analfabeta, sendo a alfabetização um projeto político de democratização do país. Diante disso, foram propostas medidas para tornar qualquer cidadão brasileiro alfabetizado como um potencial alfabetizador, sendo uma missão de toda a população colaborar para a erradicação do analfabetismo.

O *site* também apresenta as ponderações feitas pelo professor Darcy Ribeiro, Ministro da Educação e Cultura em 1962, que informa que a cartilha e os livros que fizeram parte da coleção resultaram

[...] de uma pesquisa empreendida em 1958 por um grupo de linguistas do Instituto Linguístico da Universidade de Oklahoma, encabeçado pela Doutora Sarah Gudschinsky, professora da Universidade de Brasília e uma das maiores especialistas do mundo em problemas de alfabetização, tanto que é consultora da UNESCO para esses assuntos. Os referidos linguistas foram contratados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais com o objetivo de elaborar uma cartilha que servisse tanto a criança como ao adulto analfabeto e que contivesse os sons básicos e as palavras mais correntes da língua portuguesa em todas as regiões para que pudesse ser adotada em todo o país. Procura-se por isso uma região em que a fala popular é pouco marcada e o vocabulário o mais usual. A escolha recaiu sobre a cidade de Leopoldina, em Minas Gerais. A pesquisa de campo focalizou a linguagem falada por moradores rurais e urbanos das camadas populares e especificamente pelos analfabetos (RIBEIRO, 1962, notas do site).

O autor ainda conta que na etapa final da elaboração a *Cartilha* e o *Manual do Alfabetizador* foram revisados esteticamente e ortograficamente por Carlos Drummond de Andrade. A composição, ilustração e apresentação gráfica ficaram a cargo de uma equipe de artistas chefiada por Aloisio Magalhães que selecionou os desenhos e escolheu um tipo especial de letra, segundo ele, de grande clareza, que tanto se aproxima da escritura manual como da tipográfica.

Ainda segundo o *site*, o Ministério da Educação, em discurso proferido na ocasião do lançamento da *Cartilha ABC*, aconselhava que a cultura brasileira deveria se orgulhar da bela obra produzida, e ressalta que Darcy Ribeiro apontou uma única restrição a ela: a de não conter nenhuma mensagem ao caráter cívico e nem motivação de natureza utilitária. A justificativa para isso é de que a função primordial da cartilha era a de alfabetizar as pessoas independentemente da idade. Segundo Ribeiro (1962, notas do site), a cartilha deveria permitir

[...] que o alfabetizador seja capaz de introduzir não só a motivação no sentido de manter vivo o interesse dos alunos pelo trabalho, mas, o de dar, através do curso em cada aula as informações complementares que cumpre assegurar ao analfabeto, no próprio processo de alfabetização que vai além do ensinar a ler e escrever — inclui também a recuperação total para a vida social integrando na comunidade da Nação, massas inteiras de brasileiros, hoje considerados marginais.

Segundo Ribeiro (1962, notas do site), o objetivo do Governo Federal era o de matricular todos os jovens ainda não alfabetizados até os 18 anos pretendendo em cinco anos erradicar o analfabetismo entre os menores de 23 anos. Para isso, o governo investiu cerca de um bilhão de cruzeiros para publicação de cartilhas e manuais de alfabetização de adultos. A Revista “O Cruzeiro” foi parceira nesta ofensiva lançando junto ao MEC um empreendimento editorial visando a distribuição de quatro milhões de cartilhas de alfabetização e de cento e cinquenta mil exemplares do manual de preparo e orientação do alfabetizador. É importante destacar que no estado de Mato Grosso não era comum a distribuição de cartilhas. Bertoletti e Silva (2016) evidenciam a presença oficial de Caixas Escolares destinadas a compras de livros didáticos em Mato Grosso^[iv]. No entanto, neste estudo, o nome desta cartilha foi encontrado em um ofício emitido pela Delegada Interina de Ensino da 6ª Delegacia de Ensino Primário de Dourados – Mato Grosso para a Delegada de Ensino de Campo Grande, Marina Couto, em 1967, agradecendo pelo recebimento de materiais escolares, entre eles 80 *Cartilhas ABC*, e solicitando o envio de nova remessa desse material. Isto representa que o projeto do Governo Federal de distribuição em larga escala da cartilha atingiu seu objetivo, se considerada a circulação dessa cartilha na CAND, já que nesse espaço o Governo tinha uma forte influência devido ao fato de ser uma “comunidade” idealizada por ele.

Considerações Finais

Com este artigo pretendeu-se investigar a *Cartilha ABC* tomando-a como um exemplo de uma política

do Governo Federal para a diminuição do analfabetismo na escola primária da região da CAND. O trabalho teve início quando mapeamos as rupturas em relação ao restante do estado, ou seja, o que circulou pela CAND e não esteve indicado em outros estudos sobre o tema, buscando identificar a origem de circulação destes materiais.

De posse destes dados procurou-se entender o que caracterizava cada material buscando justificativas para sua circulação na região e não localização do mesmo no restante do estado.

Com relação à Cartilha ABC, ao contrário do que pensava-se, é o braço forte do Estado que determina a sua circulação diferenciada na região analisada. Esta interferência marcou não só a circulação do material, mas a educação da CAND, a formação de professores e todo o contexto econômico e social, uma vez que esta cartilha trazia como diferencial ser um material pensado para a alfabetização de pessoas de qualquer idade e poder ser utilizada tanto por adultos alfabetizados dispostos a ensinar quanto por professores com formação ou leigos para o ensino das primeiras letras. Além disso, agrega-se o fato de se tratar de uma cartilha cuja metodologia promete eficácia na alfabetização de pessoas, demanda urgente para uma região que continha um grande número de analfabetos, tanto crianças quanto adultos, e um número insuficiente de professores para trabalhar nas escolas da região.

Referências

AMÂNCIO, L. N. B.; CARDOSO, C. J. Parte III – Mato Grosso. In I. C. A. Frade; F. I. P. Maciel (Orgs.). **História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)**. Belo Horizonte, MG: UFMG/FaE, 2006, p. 187-278.

BERTOLETTI, E. N. M.; SILVA, M. C. Cultura escrita na escola primária: a circulação de livros didáticos para ensino de leitura (1928-1961). **Revista Brasileira de História da Educação**, 2016, v. 16, p. 373-403.

FRADE, I. C. A. S; MACIEL, F. I. P. Fontes para a história da alfabetização e dos livros didáticos em Minas Gerais: os impressos e o arquivo. In: I. C. A. Frade; F. I. P. Maciel (Orgs.). **História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)**. Belo Horizonte, MG: UFMG/FaE, 2006, p. 65-94.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L.J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. Dourados: L.A, 1988.

IRALA, C. ; NASCIMENTO, A. C. ; FURTADO, A. C. Fontes para o estudo da escola primária rural no sul do antigo Mato Grosso (1940-1970). In: **XII Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste ANPED**, 2014, Goiânia. Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: contradições e desafios para a transformação social, 2014. v. 1. p. 1-15.

MANTOVANI, K. P. **O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: impactos na qualidade do ensino público**. (Dissertação de Mestrado), Programa de pós-graduação em geografia humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MATO GROSSO. **Diretrizes para a Educação do Mato-Grosso**. Cuiabá, MT, março de 1965.

MENEZES, A. P. **Colônia Agrícola Nacional De Dourados – história, memória**

considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados . Revista História em Reflexão: Vol. 5 n. 9 – UFGD - Dourados jan/jun, 2011.

MOREIRA, K. H. Um balanço das pesquisas em História da Educação no Brasil com o livro didático: questões sobre fonte, temas e métodos. In. CIHELA, 11. Toluca-México. **Anais**.2014.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização. São Paulo (1876/1994)**. São Paulo, SP: Unesp, 2000.

PERES, E. Desenvolvimento do projeto de pesquisa Cartilhas Escolares em Pelotas (RS): organização do trabalho, fontes e questões de investigação. In: FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F. I. P. (orgs.). **História da alfabetização**: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX). Belo Horizonte: UFMG/Fae, 2006, p. 117-170.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PONCIANO, N. P. **Fronteira, religião, cidade**: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943 – 1965). 2006. Tese (Doutorado em História) – FCL/UNESP, Assis, 2006.

PUELLES BENÍTEZ, M. de P. Los manuales escolares: un nuevo campo de conocimiento. **Revista Interuniversitaria**- Historia de la Educación. Salamanca, n. 19, 2000, p. 5-10.

[i] A região analisada pertence ao estado do Mato Grosso do Sul. No período abordado por este estudo, entretanto, este ainda não era um estado, o que se deu somente em 1977, pela Lei Complementar nº 31.

[ii] Segundo as Diretrizes para a Educação do Mato-Grosso, em 1940 a população analfabeta do estado chegava a 99,5%, sendo reduzida para 55,6% em 1950 (MATO GROSSO, 1965).

[iii] Site: <https://aloisiomagalhaesbr.wordpress.com/memoria-da-educacao/cartilha-abc/>. Acesso: 11/05/2018.

[iv] As Caixas Escolares consistiam na arrecadação de fundos junto à sociedade para custear uniformes, livros e outros materiais didáticos e de expediente das escolas públicas do estado de Mato Grosso.